



## COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DA PARAIBA (CBH - LS)

1

2

### 3 ATA DA 3<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO 4 LITORAL SUL CBH-LS - 2025

5

6 Aos vinte um dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, as 08h30min, no Auditório do  
7 COMSEDER, situada a Av. Duarte da Silveira, s/n, Torre, João Pessoa PB, realizou-se a 3<sup>a</sup>  
8 Reunião Extraordinária do CBH-LS para tratar da seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Informes; 3.  
9 Aprovação da ata da 3<sup>a</sup> Reunião Ordinária; 4. Apresentação do Relatório Executivo do Plano do  
10 Fundo Estadual de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba; 5.  
11 Discussão; 6. Deliberação sobre o Plano do Fundo Estadual de Recursos Hídricos das Bacias  
12 Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba; 7. Apresentação do técnico da AESA responsável pela  
13 coordenação e integração dos trabalhos técnicos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
14 Litoral Sul (CBH-LS), bem como dos técnicos parceiros vinculados a cada instrumento de gestão  
15 de recursos hídricos, visando fortalecer a articulação entre as equipes envolvidas, otimizar a  
16 execução das atividades técnicas e garantir a coerência das ações desenvolvidas no âmbito da  
17 gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas. Após a verificação de quórum, a  
18 Sra. Ana Cristina Sousa da Silva, Presidente do CBH-LS, abriu a reunião, saudou a todos,  
19 agradeceu as presenças, fez a leitura da Pauta e fez uma breve apresentação de todos os presentes  
20 passou ao item 2 informes – A Sr. Ana Cristina perguntou se alguém teria algum informe. A Sra.  
21 Maraci de Sousa – Subgerente de Gestão Participativa informou e convidou todos a participarem  
22 do III Simpósio de Recursos Hídricos e do III Simpósio de Segurança de Barragens nos dias 12  
23 e 13 de novembro, no auditório da PBTUR, em João Pessoa-PB, já foi enviado por e-mail e no  
24 grupo do WhatsApp do comitê a programação e o link de inscrição. No dia 23 de novembro  
25 acontecerá uma capacitação sobre Cobrança pelo uso da água bruta, com a Gerente de  
26 Sustentabilidade Financeira e Cobrança da AESA Betânia e o Subgerente Michael. A Sra. Ana  
27 Cristina dando continuidade aos informes, inicialmente mostrou o vídeo da entrevista que foi  
28 publicada agora no último domingo que apresentamos o que é o comitê, as potencialidades e  
29 desafios das Bacias que compreendem o comitê do Litoral Sul. Também informou que a diretoria  
30 fez uma apresentação sobre o que é o comitê em um colégio em Pedras de Fogo, próximo a  
31 GIASA em parceria com um projeto da UFPB, e com o Movimento esgotei, levou alguns alunos  
32 para conhecerem três nascentes, acredito que seja importante conversarmos com a GIASA  
33 também para no próximo ano podemos fazer uma reunião do comitê em Pedras de Fogo e visitar  
34 essas nascentes, elas são de fácil acesso. Essa ação foi bem divulgada. Sobre a entrevista anterior,

35 também participaram o Ministério Público Federal que falou sobre a legislação, mas penso que  
36 alguns já estão aqui alguns anos trabalhando e sabem o seu papel e que a lei existe, o  
37 que falta é ser plenamente executada, por exemplo, essa poluição do Rio Gramame no Distrito  
38 Industrial, em uma reunião do comitê foi identificado que as outorgas de água de lançamento de  
39 efluentes estavam indo para um sistema que não existia e que a CINEP falou que não ia mais  
40 autorizar que as outorgas fossem para esse sistema, se não existe esse sistema o esgoto industrial  
41 iria para onde, para os rios Mussuré e Jaguaribe e temos que ver a gravidade disso, faz mais de  
42 30 anos que o distrito industrial existe. Tem uma estação de tratamento que inclusive foi invadida  
43 e nunca foi operada, o comitê fez a solicitação para que as outorgas em relação ao lançamento  
44 de efluentes sejam regularizadas para não irem todas para os rios, ou seja, as indústrias vão ter  
45 que se adaptarem, fazer algum tratamento e finalizou os informes com uma retrospectiva  
46 apresentando as principais discussões das reuniões anteriores. E também pedimos a AESA/ANA  
47 sobre o rio Popocas que seja apresentado ao comitê a questão do conflito sobre a dominialidade,  
48 quando solicitamos algumas ações de desassoreamento fomos informados que não seria possível  
49 por ser um rio federal e a responsável seria a ANA, mas temos o conflito que já houve captação  
50 de cobrança de recurso nesse rio e o Comitê propõe que seja tratado essa questão na próxima  
51 reunião, o ofício para ANA ainda será enviado. No dia três vai ter uma audiência pública na  
52 assembleia legislativa convocada por uma deputada e o comitê foi convidado. Vai ser tratado  
53 sobre essa questão da poluição e no dia 14 de novembro vamos ter uma ação da Escola Viva  
54 Olho do tempo sobre o tema “o Rio Gramame é Luxo e não Lixo” foi enviado um ofício para a  
55 AESA solicitando apoiar a participação dos membros e um para apoiar o evento, como aprovado  
56 em reunião. Em seguida, colocou a Ata para aprovação e a mesma foi aprovada por unanimidade.  
57 Dando continuidade a Sra. Ana Cristina leu um trecho da política nacional de recursos hídricos,  
58 como o nosso próximo ponto de pauta trata sobre a cobrança de água bruta, antes de iniciar fez  
59 um resgate sobre o que a política fala sobre isso. Então, os valores arrecadados com a cobrança  
60 serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados,  
61 isso é o artigo 22 da Política Nacional, ainda temos onde vai ser aplicado na bacia e 7,5% para o  
62 funcionamento do sistema de gerenciamento, o restante deve ser aplicado em ações na bacia,  
63 após esses esclarecimentos convidou a Técnica Sra. Lovânia para fazer a apresentação do Item  
64 4. Apresentação do Relatório Executivo do Plano do Fundo Estadual de Recursos Hídricos das  
65 Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba: A Sra. Lovânia apresentou-se e colou que  
66 participou diretamente da elaboração do plano de aplicação do Fundo Estadual que este ano foi  
67 feito Plurianual (2026-2029) para não comprometer o andamento das ações e esse plano já  
68 contempla os programas dos Planos de Bacias que já foram aprovados pelo comitê, o de 2026 já  
69 está fechado, porque já passou por reunião da câmara técnica e foi aprovado, já temos o parecer  
70 da câmara técnica, o de 2027 a 2029 ainda não está finalizado, vocês podem ver que os valores

71 são bem diferentes, essa planilha foi enviada para todos os membros, vão ser contemplados mais  
72 programas, mas ações e nesse plano entrou todos os programas, 90% desses programas são  
73 atividades de rotina da AESA e constam no plano estadual e nos planos de bacias. Explicou que  
74 conforme a legislação a AESA é a secretaria executiva dos comitês e a responsável pela gestão  
75 dos recursos do FERH, então a AESA tem que elaborar o plano de aplicação e implementar as  
76 ações propostas. No dia 12 de julho foi enviado o e-mail para as diretorias colegiadas dos comitês  
77 solicitando indicações de alguns programas e ações previstas no plano para serem contemplados,  
78 não recebemos sugestões, foi feita uma reunião no comitê do litoral sul também para discutir  
79 isso, mas também não saiu com nenhuma deliberação. Então, a AESA elaborou com as  
80 contribuições da secretaria de recursos hídricos e vai ser aprovado amanhã na reunião do CERH,  
81 como já disse a AESA em julho tem a obrigação de solicitar as informações aos comitês, em  
82 agosto compatibilizamos todos esses programas, passa pelas reuniões de câmaras técnicas e em  
83 setembro passa pelo CERH, este ano atrasou um pouco devido a outras atividades e apresentou  
84 os programas contemplados no plano e as ações priorizadas e emergenciais temos a atualização  
85 do enquadramento que está em processo de licitação, porque tivemos alguns contratempos,  
86 judicialmente temos que fazer de forma muito correta. Também está em andamento o projeto  
87 Corredor das Águas através de convênio com a SEMAS já está em fase de finalização, falta só  
88 eles cadastrarem a conta bancária na CGE e em seguida a SEMAS vai iniciar. Ainda apresentou  
89 a planilha com os recursos necessários para a implementação das ações com base nos programas  
90 divididos por bacias, então para o ano de 2026 temos um quantitativo de 17.411.603,29  
91 (dezessete milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e três reais e vinte nove centavos) esse  
92 quantitativo foi previsto para ser executado, o valor de 2027 está menor, mas com certeza vamos  
93 ter outras ações e valores para incluir. Esses documentos foram enviados para todos os membros  
94 do comitê e finalizou a apresentação. A Sra. Ana Cristina agradeceu pelo apresentação e pediu  
95 para o primeiro secretário realizar as inscrições para perguntas. O Sr. Edielson (Prefeitura de  
96 Alhandra) questionou desse valor arrecadado quanto desse recurso apresentado foi investido nas  
97 bacias do Litoral Sul e que o projeto foi feito até hoje, porque apresentamos um projeto e uma  
98 relação de assinatura de 200 famílias ao comitê, o comitê enviou para AESA e a resposta que  
99 tivemos foi que não podiam fazer nada porque o rio era federal. Acrescentou que não vai se  
100 conformar enquanto não ver a recuperação de uma nascente em Alhandra e sem falar nos outros  
101 projetos apresentados ao comitê que também não foram atendidos. A Sra. Lovânia respondeu  
102 que o recurso da cobrança fica na conta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH e os  
103 recursos arrecadados são investidos na sua bacia de origem. A Sra. Ana Paula (Usuário de água)  
104 pediu uma resposta para a comunidade de Mucatu sobre o projeto. A Sra. Lovânia, respondeu  
105 que o projeto sobre o rio Mucatu foi aprovado pelo comitê com ressalvas, não está falando dos  
106 objetivos que são bem claros, acessíveis e não são difíceis de serem cumpridos, tanto é que está

107 previsto no plano de 2026 uma série de ações que contemplam o referido projeto, agora a  
108 quantidade de recursos e equipamentos solicitados a AESA legalmente não tem como adquirir  
109 para uma prefeitura, porque não tem como justificar. O **Sr. Josinaldo** falou que na reunião em  
110 Alhandra com a CAGEPA sobre a construção da Barragem na região para captação de água onde  
111 a tubulação passaria por dentro da cidade de Alhandra, levando água dessa barragem para a região  
112 metropolitana de João Pessoa. O Prefeito solicitou que a CAGEPA contribuísse para melhorar a  
113 estrutura da cidade no sentido de compensar alguma coisa relativa a essa obra e também a  
114 qualidade dos mananciais, já que a CAGEPA tira uma quantidade de água considerada daquele  
115 município. Pessoas presentes à reunião inclusive da Agricultura Familiar falaram da necessidade  
116 da limpeza da Calha (ao Comitê) e a recuperação da mata ciliar (CAGEPA), uma coisa está ligada  
117 a outra. A CAGEPA disse ser cliente, compra a água para distribuir quem deve fazer a limpeza  
118 é a AESA, há quem diga que quem precisa fazer a recuperação ambiental é o agricultor porque  
119 mora na beira do rio, mas quem retira água de lá, não precisa fazer nada. Quem precisa cuidar  
120 disso. Muito e fala no PSA, quem vai fazer esse pagamento. Se é o agricultor que tem que cuidar.  
121 Qual o papel da AESA. da CAGEPA. E da SEIRH. Quem vai fazer o que nessa recuperação da  
122 mata ciliar. Na última reunião do CBH-LS foi solicitado uma apresentação do corredor das águas  
123 e alguém falou claramente que esse projeto é parecido com um já apresentado aqui e que não deu  
124 certo. Acontece que se elabora um projeto que encanta a todos, mas vai lá capacita, mas para que.  
125 Qual o resultado dessa capacitação, vai ensinar ao agricultor plantar uma árvore. Ele já sabe fazer  
126 isso, depois vai embora, isso não prospera, precisa o acompanhamento do técnico  
127 quinzenalmente. Ela diz que a AESA é responsável pela gestão. A Professora Ana Cristina  
128 apresentou o trecho da Lei que norteia como vai ser esse sistema. Para que serve essa Lei se é  
129 70,80% dos recursos aplicados na Bacia, em que. É só ensinar o agricultor e deixar pra lá, precisa  
130 entender isso. Solicita que a Sra. Lovânia diga se tem ação prevista nesse sentido de fazer a  
131 recuperação dentro das bacias hidrográficas do Litoral Sul, não, mais tem ações do projeto  
132 corredor das águas, mais essas vai fazer recuperação de mata ciliar, plantar árvores e etc. Essa  
133 última visita nas nascentes de pedras de fogo mostrou que foi feito recuperação de nascentes já  
134 apresentada que já tinha sido recuperada, e uma obra do estado destruiu a recuperada e arrebentou  
135 a nascente. Então quer entender o que se está fazendo nessa reunião, se o próprio estado destruiu  
136 a nascente, todos que ali está é para discutir a questão ambiental no sentido que haja melhoria,  
137 na qualidade do ar e da água e etc. A Sra. Ana Cristina disse que tem orgulho desse Comitê  
138 porque trabalham honestamente. A Sr. Ana Cristina colocou que a Câmara não aprova, esse não  
139 é o papel da Câmara técnica, perguntou se os conselheiros da Câmara tinham recebido esse  
140 documento do plano. E que tinha recebido um e-mail pedindo contribuições, mas não tinha  
141 documento para contribuir, e que por isso foi marcada a primeira reunião, em que não foi  
142 apresentado um documento do fundo, e também ressaltou que os programas do novo plano de

143 bacia iriam entrar no documento do fundo, e ainda seria aprovado, por isso seria necessária outra  
144 reunião para tratar do fundo. A primeira coisa que foi apresentado nessa Pauta é que vai aplicar  
145 no Plano de Bacia, mas onde aplicar na bacia, questionou, quanto de valor essa bacia  
146 disponibiliza (Gramame e Abiaí) tanto do ano passado como o que vai ser arrecadado e não foi  
147 apresentado, na apresentação tinha coisa do Litoral Norte, do Paraíba e se estava no Litoral Sul,  
148 pela lei o recurso da cobrança arrecadado na bacia é aplicado em programa na bacia. Então teve  
149 o Plano de Bacia aprovado em 18/09/25 no Comitê, não existem só ações emergenciais. Inclusive  
150 a CAGEPA estava presente na reunião do GET, e o Comitê solicitou para colocar a ação  
151 emergencial para nascentes de Pedras de Fogo, e disseram que não era necessário porque ia entrar  
152 como prioridade, que geralmente prioridade pode ser executado no ano assim como emergencial  
153 e não tinha necessidade emergencial. O Comitê implementar o Plano de Bacia com dinheiro do  
154 FERH. Esse documento simplesmente deve trazer o que já foi aprovado. Em relação ao projeto  
155 do Professor Gilson, a Sra. A Sra. Ana Cristina lembra que o Comitê solicitou numa reunião no  
156 ano anterior para tratar do fundo estadual de recursos hídricos, um manual de execução do fundo  
157 estadual de recursos hídricos, a revisão da cobrança, abertura de editais e chamamento público  
158 porque qualquer um pode submeter, mas o que está colocado é que fica com a AESA aplicar o  
159 recurso, então vai solicitar essa recondução de projetos aprovados no ano anterior, inclusive do  
160 Cronograma específico, quando vai sair os editais, quanto tempo vai durar quando vai mostrar  
161 o resultado e etc. A questão é aceitar outros setores que precisam trabalhar para contribuir com a  
162 bacia. Vai fazer três encaminhamento, reconduzindo o mesmo ofício. Antes não tinha o Plano de  
163 Bacia, agora tem, e consta essa prioridade que começa em 2025 e está aprovado que dentro desse  
164 Plano do Fundo Estadual entre o que está no Plano de Bacia os valores já aprovados para ele, e  
165 o Comitê concordou. O Sr. Edielson, pede para incluir para aprovação que a AESA informe o  
166 valor arrecadado na Bacia do Litoral Sul, do Litoral Norte e Bacia do Rio Paraíba e Ana Cristina  
167 acrescentou também que fosse encaminhado para o CERH Arrecadação e aplicação por bacia  
168 para que a Lei esteja sendo cumprida. Foi colocado para deliberação e foi aprovado por  
169 unanimidade. A Sra. Lovânia solicitou para apresentar novamente as ações que consta no Plano  
170 de Bacia do Litoral Sul, as atividades de cada uma e os recursos previstos de acordo com o  
171 orçamento que consta no Plano para 2026 detalhado na Planilha e consta no site da AESA  
172 inclusive os recursos arrecadados e por bacia de 2015 a 2024. A Sr. Ana Cristina disse que a  
173 apresentação é para isto, deveria ter sido feito no início da reunião. A Sra. Lovânia abriu o site e  
174 mostrou onde consta todas essas informações por bacia e os respectivos valores arrecadado. O  
175 **Sr. Edielson** solicitou para ver as despesas realizadas com essas bacias se foi em reflorestamento,  
176 educação ambiental ou outras atividades. A **Sra. Lovânia** disse não ter, no momento como  
177 informar direito o que foi feito em cada uma delas no relatório de prestação de contas consta  
178 região por Comitê, não tem por bacia. A Sra. Ana Cristina, não viu nesse relatório se todos os

179 programas planejados para 2025 estava nesse documento. A **Sra. Lovânia** disse que todos de  
180 2024 e 2025 estão contemplados. A Sra. Ana Cristina disse que pela Lei quem é responsável  
181 pela elaboração do Plano é a AESA, então o Comitê solicitou em uma reunião passada a AESA  
182 uma apresentação do Plano de Bacia, mas a apresentação não foi realizada, e depois houve uma  
183 outra reunião para aprovação do Plano e também não esteve técnico responsável pela elaboração  
184 do Plano da AESA, uma empresa pode ser contratada, mas a AESA continua como responsável  
185 pela elaboração de plano de Bacia. Na última reunião o comitê deliberou para solicitar um  
186 representante técnico integrador para tratar diretamente com o Comitê, e quais técnicos por  
187 instrumento de recursos hídricos para tratar com o CBH, e foi feito um ofício solicitando essa  
188 apresentação. A Sra. Maraci de Sousa (subgerente de Gestão participativa da AESA) disse que  
189 conversou com o Diretor Waldemir, e que não tem técnico direto para o CBH-LS, quando o  
190 CBH-LS tiver alguma demanda de técnico, ele faz um ofício solicitando e a AESA responde. Na  
191 reunião de hoje a pessoa que representa a AESA no CBHJ-LS é Andrea Cartaxo, mas ela está de  
192 licença. A Sra. Ana Cristina disse que o Comitê tem essa dificuldade de ser atendido  
193 tecnicamente, que as reuniões ocorrem e são organizados, mas é preciso também ter esse  
194 atendimento técnico para o CBH, por isso a solicitação, e que pediria de novo por ofício indicação  
195 de técnico, como foi aprovado, para ficar diretamente com o CBH-LS. O Comitê é muito  
196 importante na Gestão de Recursos Hídricos, ou seja, é a base. Nada mais havendo a tratar, A  
197 Presidente Ana Cristina encerrou a reunião e eu Ivanildo Santana Duarte – 1º Secretário Geral,  
198 lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será anexado a lista das presenças.  
199



## Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS

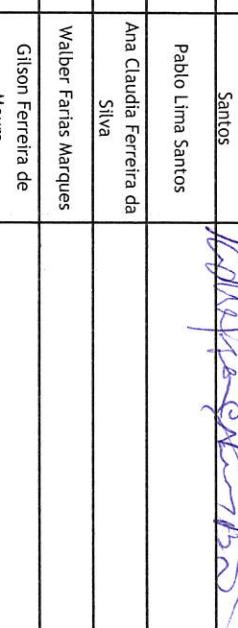
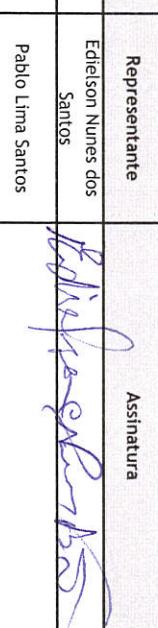
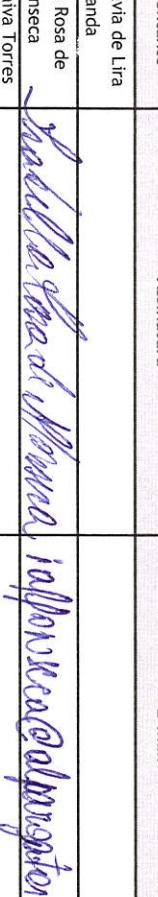
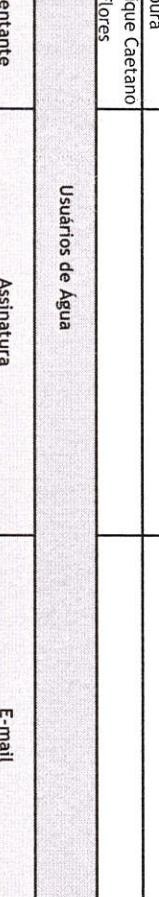
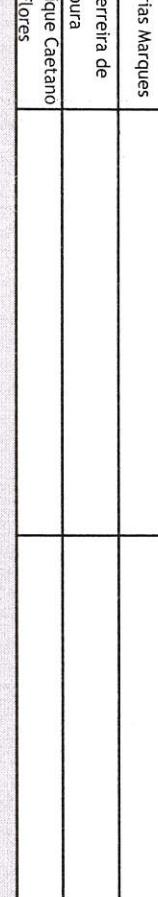
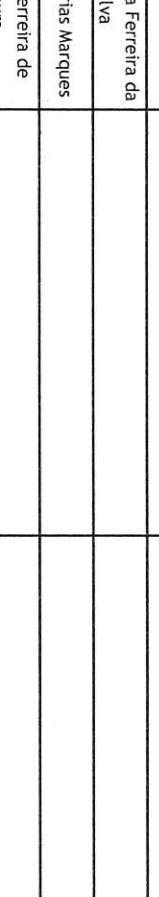
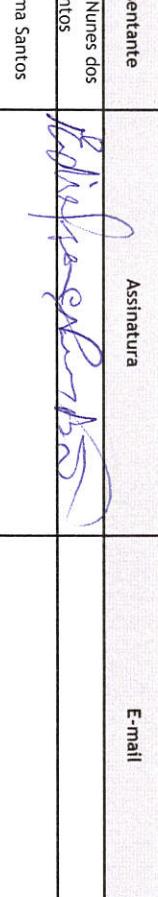
### LISTA DE PRESENÇA

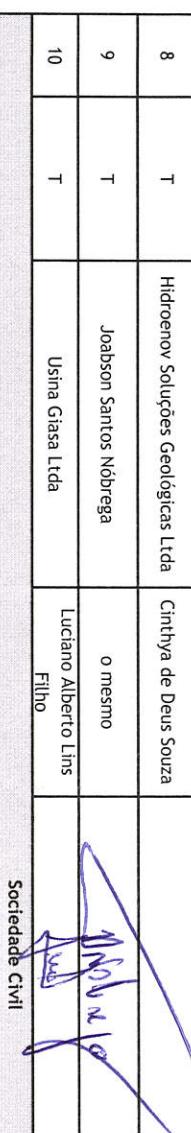
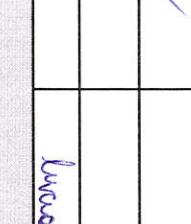
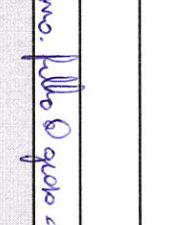
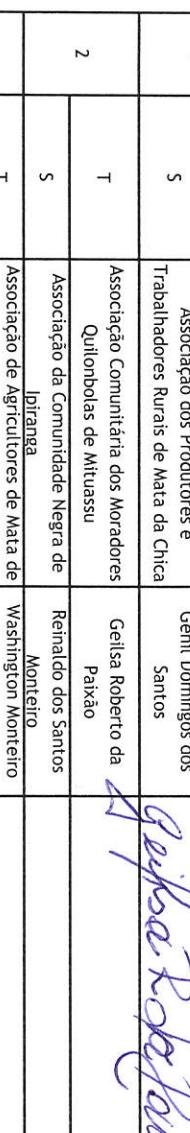
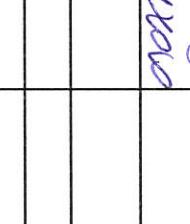
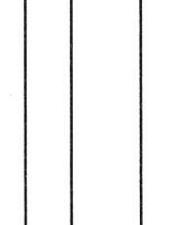
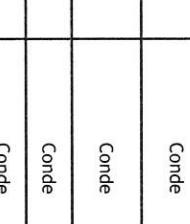
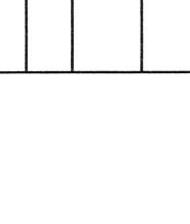
Assunto: 3ª Reunião Extraordinária do CBH-LS do ano 2025

Data: 21/10/2025

Local: Auditório do COMSEDER

Município: João Pessoa-PB

Poder Público Municipal					
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	T S	Prefeitura Municipal de Alhandra Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	Edielson Nunes dos Santos Pablo Lima Santos	 	Alhandra Pedras de Fogo
2	T S	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo Prefeitura Municipal de Conde	Ana Claudia Ferreira da Silva Walber Farias Marques		Cruz do Espírito Santo Conde
3	T	Prefeitura Municipal de Pitimbu	Gilson Ferreira de Moura		Pitimbu
4	T	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Pedro Henrique Caetano de Flores		João pessoa
Usuários de Água					
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	T	Agro Industrial Tabu S.A.	Mirian Flávia de Lira Miranda		Caaporã
2	T S	Alpargatas S/A Coteminas S.A.	Isabella Rosa de Affonsoeca Júlio Saravá Torres Filho	 	Santa Rita João Pessoa
3	T S	Ana Paula Paulino de Santana Edivaldo Xavier da Silva	a mesma o mesmo	 	Pitimbu
4	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA	Rodrigo Sérgio Amorim da Paz		João Pessoa
5	T	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Otoniel Pedroza de Alencar		João pessoa
6	T	CSN Cimentos Brasil S/A	Deborah Lucena Moura		Caaporã
7	T	Elizabeth Cimentos Ltda	Thayse Silva de Moura		João pessoa

Sociedade Civil					
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
8	T	Hidroenov Soluções Geológicas Ltda	Cinthya de Deus Souza		
9	T	Joabson Santos Nóbrega	o mesmo		Condor
10	T	Usina Giasa Ltda	Luciano Alberto Lins Filho		Pedras de Fogo
Poder Público Federal					
	T	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	Nilton Almeida de Melo Júnior		João pessoa
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
	T	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba - ASPLAN	Alfredo Nogueira da Silva Neto		João Pessoa
1	S	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Mata da Chica	Genil Domingos dos Santos		Conde
2	T	Associação Comunitária dos Moradores Quilonbolas de Mituassu	Gelisa Roberto da Paixão		Conde
3	S	Associação da Comunidade Negra de Ibiranga	Reinaldo dos Santos Monteiro		Conde
3	T	Associação de Agricultores de Mata de Garabú	Washington Monteiro Cabral		Conde
4	S	Associação Conde Orgânico	Daniel Warela Pitsch		Conde
4	T	Congregação Holística da Paraíba - Escola Olho Vivo do Tempo	Ivanildo Santana Duarte		João pessoa
5	S	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio	José Carlos Ferreira de Lima		Conde
5	T	Agricultura Familiar da Paraíba - COOPAF	Josinaldo Francisco da Silva		Alhandra
5	S	cooperativa dos produtores de rãzes e Tuberculos da Paraíba - INHAMECOOP-PB	Otoniel Vieira da Silva		Conde
6	T	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA-PB	José Walter Borborema Arcoverde		João Pessoa
6	S	Cooperativa dos catadores de Materiais Recicláveis de Alhandra	Francicleide Pereira Silva Cavalcante		Alhandra
7	T	Federacão de Agricultura e Pecuária da Paraíba - FALEPA	Izaias Romario Soares do Nascimento		João Pessoa
7	S	Sindicato dos Produtores Rurais de Caaporã	Dácio Martins dos Santos		Caaporã
8	T	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ana Crisânia Souza da Silva		João Pessoa
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	Município

1	S	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Luis Wagner Ferreira Guimarães	Poder Público Estadual	João Pessoa
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Andrea Lira Cartaxo		João Pessoa
1	S	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	Taissa Regis dos Santos		João Pessoa
2	T	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMPAER	Agnelo Augusto de Barros Campos		João Pessoa

Outros participantes:

1. Giovânia Wunnoway
2. Celso Azea
- 3.º Ivânia Rocha de Andrade - UFPB